


**“O RIO DE JANEIRO AOS
 POUCOS VAI SE
 DESMORONANDO”:
 AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA CAPITAL
 FEDERAL DURANTE O GOVERNO KUBITSCHKEK
 (1956 – 1960)**

RODRIGO GOMES DA COSTA 
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
 OURO PRETO – MINAS GERAIS – BRASIL

RESUMO

Os cinco anos da administração Kubitschek são lembrados até os dias de hoje sob a alcunha de “Anos Dourados”. No planalto central, em meio ao cerrado e distante das grandes cidades do litoral, multidões de operários provenientes dos mais diversos locais do país trabalhavam com afinco na construção de Brasília. Ao passo que a nova cidade era erguida, a centenas de quilômetros dali o Rio - a capital do país - via-se inundada de problemas. Por meio de uma análise qualitativa das reportagens presentes nos periódicos é possível notar o agravamento de problemas históricos, em grande parte resultado do descaso do poder público e da falta de cuidados da União com a sua sede. Os vestígios documentais utilizados nesta pesquisa são os jornais e para analisar essa documentação recorreu-se a metodologia da Análise do Discurso Crítica.

Palavras-chave: Infraestrutura; Rio de Janeiro; Governo Juscelino Kubitschek.

ABSTRACT

The five years of the Kubitschek government are remembered to the present day under the nickname Golden Years. On Brazil's central plateau, amid the cerrado and far from the large coast cities, crowds of workers from all over the country worked hard on the construction of Brasília. As the new city was being built in the middle of the open country, hundreds of kilometers away, Rio de Janeiro, the country's capital at the time, was collapsing, flooded with problems. Through a qualitative analysis of the reports in the newspapers, it is possible to note the worsening of historical problems, largely a result of the neglect of the public authorities and the lack of care of the Union with its headquarters. The documentary traces used in this research are the newspapers and to analyze them the Critical Discourse Analysis was used.

Keywords: Infrastructure; Rio de Janeiro; Juscelino Kubitschek government.

* Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes/RJ e mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto/MG (UFOP). E-mail: rdr.costa07@gmail.com.

“Brasília há de ser agora o cérebro desta nação,
mas o Rio de Janeiro será sempre o coração da
pátria.”

- Ex-senador Guido Montin, 1960.

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Os cinco anos da administração Kubitschek são lembrados até os dias de hoje devido às mudanças dinâmicas que trouxeram ao Brasil. No planalto central, em meio ao descampado e distante das grandes cidades, hordas de operários provenientes dos mais diversos locais do país trabalhavam com tijolos, areia, cimentos, suor e sonhos na construção daquilo que seria a síntese do Plano de Metas do governo. Brasília, com suas belas formas traçadas por Niemeyer, veio a ser chamada pelo presidente no seu discurso de inauguração de “Cidade da Esperança”¹. Ao passo que a nova cidade era erguida no meio do nada no interior, a centenas de quilômetros dali o Rio de Janeiro, capital do país, desmoronava engolfada de problemas. À medida que atenção e recursos eram voltados para a Novacap, a Velhacap acabava ficando a sua própria sorte² e isso rendeu muitos debates entre aqueles que eram favoráveis a mudança da sede do governo, os chamados mudancistas, e os que se opunham ao projeto, os antimudancistas³.

Este artigo visa compreender a situação da infraestrutura do Rio durante a construção de Brasília. Optamos por falar especificamente sobre a falta de água, as enchentes e os locais públicos como os parques como exemplificação dos problemas e a atitude do governo federal diante dessas situações. Para o desenvolvimento desta pesquisa, nos socorreremos de conceitos cunhados em outras áreas do conhecimento, como a geografia, o direito e o urbanismo, que fornecem ricas contribuições no entendimento do nosso objeto. A seguir detalharemos as definições de cidade e

¹ KUBITSCHECK, J. Discurso de JK na inauguração de Brasília. IN: BRASIL. *Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

² Segundo Westin, devido ao nome da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) que foi a empresa estatal fundada para gerir a construção, Brasília ficou popularmente conhecida por essa alcunha. Em contrapartida, o Rio de Janeiro passou a ser chamado de Velhacap (Velha Capital) e Belacap. Ver: WESTIN, R. *Adversários de JK tentaram impedir transferência da capital para Brasília*. 2015. Acesso em 15 de maio de 2020, disponível em Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/17/adversarios-de-jk-tentaram-impedir-transferencia-da-capital-para-brasilia>

³ DOS SANTOS, M. A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956 - 1960). *Dissertação de mestrado em História*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB, 2008.

urbanificação pois tais ferramentas teóricas permitem-nos demonstrar com maior rigor o que propomos. Optou-se por este recorte temporal dado a relevância do contexto em que ele é inserido, pois o governo Kubitschek está incorporado ao período entendido como “experiência democrática” por que, ao que nos parece, pela primeira vez na nossa história os ideais democráticos puderam ser usufruídos e exercidos de forma mais ampla pela população brasileira⁴ e, acrescentando a isso, o recorte espacial foi definido com base na importância social, política e administrativa usufruídos pelo Rio de Janeiro à época.

Ao debruçar-se sobre certas formas do imaginário, Raoul Girardet demonstra a construção de alguns mitos específicos no imaginário político. Para ele, “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. [...] Exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente”.⁵ A administração JK inseriu-se no imaginário popular – até mesmo na historiografia – com o epíteto de “Anos Dourados”, sendo compreendida como um tempo de grandes realizações e conquistas, frequentemente lembrada com certo saudosismo, quase envolta em uma aura, digamos, mitológica. É específico o contexto em que esse pensamento é formulado, afinal, como explica o autor, muitas vezes esses períodos idealizados “foram efetivamente vividos antes de ter sido sonhados; sua imagem não fez mais do que sofrer o habitual trabalho de inflexão, de seleção ou de transmutação que é o da lembrança”, fornecendo, assim,

ferramentas para a projeção de um futuro assentado em referenciais no passado⁶. Segundo Jefferson Queler,⁷ a construção do mito da idade de ouro em torno do governo de Juscelino toma fôlego com a autoimagem trabalhada pelo próprio ex-presidente, sendo acentuada posteriormente nos debates e lutas contra a ditadura civil-militar [1964-1985]. Depois da cassação de seus direitos em virtude do regime autoritário, Kubitschek começa a produzir suas memórias e para Queler, o ex-mandatário “vê-se como aquele que implantou a ‘autêntica democracia’ no Brasil, ou seja, aquele regime em que ‘povo’ e governo estão integrados e em sintonia quanto aos seus interesses [grifos do autor]” e tal

⁴ FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946 - 1964): revisitando temas historiográficos. IN: NUNES, J. A. & FREIRE, A. *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

⁵ GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13

⁶ GIRARDET, 1987, p. 13, 98, 103.

⁷ QUELER, J. J. *Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek (1957 - 1960)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004.

concepção irá encontrar eco na academia, com numerosa bibliografia produzida pois “os anos do regime militar no Brasil parecem ser um ambiente propício para a emergência de tal mito”, e o trato dessa relação entre o relativo êxito levado a cabo no cumprimento do Plano de Metas e a democracia daquele tempo foram evocados “como forma de combater o regime militar vigente no Brasil [...]”⁸.

Entender quais os sentidos que o termo cidade pode assumir, torna-se parte fundamental para compreendermos o Rio de Janeiro da década de 1950. Ao abordar a ideia de *cidade*, Benevolo nos mostra que a palavra pode assumir dois significados, “uma indicando uma organização da sociedade concentrada e integrada” e o outro “para indicar a situação física desta sociedade”. Na primeira, percebemos “‘cidade’ como corpo social” vinculada as dimensões culturais e sociais de organização e na segunda vemos a cidade como “um cenário físico da vida humana” observando toda a ingerência e inserção humana em determinado espaço natural, desde pequenas ações até grandes intervenções no ambiente, como as construções, reproduzindo assim as inúmeras características da sociedade que a produziu⁹. Com isso, a produção do espaço urbano – o uso da terra e a organização espacial – sofrem ação direta de diversos agentes, por exemplo, o Estado como aponta Corrêa. A interferência do Estado na área espacial da cidade reflete a dinâmica da sociedade da qual faz parte e a implementação de serviços públicos ou mesmo a precariedade e/ou ausências deles, tornam-no em alvo de cobranças da população¹⁰.

Estudos, intervenções e transformações na infraestrutura no Rio de Janeiro por parte dos órgãos públicos são históricos. Por exemplo, desde a época colonial já haviam sido feitos estudos sobre as enchentes¹¹. Com as guerras napoleônicas na Europa e a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a vida da cidade alterou-se drasticamente, exigindo grandes mudanças para acomodar os novos moradores, num processo de “interiorização da metrópole” que a fez assumir um papel de Corte europeia na América¹². Durante o Império, o porto do Rio de Janeiro era um dos maiores da América, responsável

⁸ QUELER, J. J. Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek (1957 - 1960). *Dissertação de Mestrado*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004, p. 5-7.

⁹ BENEVOLO, L. *A cidade e o arquiteto - Método e história na arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, p. 13-28.

¹⁰ CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989, p. 13-35.

¹¹ ABREU, M. A. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, L. P & LACERDA, W. A. *Tormentas Cariocas - Seminário de prevenção e controle dos efeitos dos temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: COPPE/UFRJ, 1997, p. 16, 17

¹² DIAS, M. L. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

pelo comércio escravo e exportação do café, atividades altamente lucrativas. O governo imperial agia diretamente nas tentativas de civilização, controle dos costumes e formas de reunião e sobrevivência dos moradores da capital¹³. Com o advento da república, a ação do governo federal sobre a capital se intensifica, debatendo-se até mesmo seu estatuto político e seu papel no novo regime¹⁴. Parte do centro da cidade é derrubado, dando lugar a Avenida Central, exemplo de excelência da belle époque carioca¹⁵. Os palácios do Itamaraty e do Catete são comprados e se tornam sede do Ministério das Relações Exteriores e sede da Presidência da República, respectivamente. O prédio do Supremo Tribunal Federal é construído em 1909, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ganham novas sedes luxuosas, verdadeiras joias arquitetônicas. No campo cultural são erigidos os prédios da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional, o Theatro Municipal, do Banco do Brasil entre outros. No período Vargas, a intervenção na cidade por parte da União continua com a construção das sedes do Ministério da Educação, Ministério da Fazenda e Ministério da Guerra. Há também a construção da Cidade Universitária e a remodelação da Estação Dom Pedro II, hoje Central do Brasil¹⁶.

Essas operações justificavam-se primeiro no empenho de demonstrar o progresso que o país buscava refletir e, também, em tentativas de reestruturação e mudanças diante das condições insalubres que permeavam a cidade. O Rio de Janeiro via-se inserido nos projetos de desenvolvimento, tornando-se muitas vezes a vitrine dessa evolução. No dia a dia dos cidadãos, desde a fundação da cidade, problemas como falta de água potável e enchentes eram costumeiras. As ruas apinhadas de gente, somado as grandes levas de imigrantes e a precariedade de moradias tornavam os habitantes facilmente vulneráveis às epidemias como varíola, febre amarela e tuberculose¹⁷. Desta feita, mesmo com os custos sociais advindos da falta de investimento humano, as constantes ações diretas do

¹³ FLORENTINO, M. *Em costas negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; AZEVEDO, A. N. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016; SANTANA, K. O. "Reuniões perigosas" - Ajuntamento ilícito e política na corte regencial (1831 - 1837). *Dissertação de mestrado em História*. Seropédica, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, 2019.

¹⁴ FREIRE, A. *Uma capital para a República - Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000.

¹⁵ GRALHA, F. A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900 - 1920). *Dissertação de mestrado em História*. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF, 2008.

¹⁶ LYNCH, C. C. Questão de urgência nacional: o Rio como 2º distrito federal. *Insight Inteligência*, Vol., 19. Nº 76. (Jan - Mar de 2017). P. 18 - 42.

¹⁷ SILVA, D. C. Uma avenida em questão: a construção da Avenida Central e os debates públicos. In: FERREIRA, J. *O Rio de Janeiro nos jornais - Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras/FAPERJ, 2017, p. 45 - 74.

governo federal eram de extrema importância na remodelagem e tentativas de sanar os problemas da capital.

A urbanificação da cidade era uma constante. O Rio de Janeiro era uma cidade que apesar de possuir até certo ponto uma organização política própria, como a câmara municipal, o poder local esbarrava com o poder central, antes a Coroa e depois a União. Segundo Afonso da Silva, enquanto a urbanização “é um fenômeno espontâneo de crescimento das aglomerações urbanas”, a urbanificação “consiste em toda atividade deliberada de beneficiamento ou de rebeneficiamento do solo para fins urbanos, quer criando áreas urbanas novas, pelo beneficiamento de solo ainda não urbanificado, quer modificando o solo já urbanificado”¹⁸. A Constituição Federal de 1946, nos artigos 5, 26 e 28, estabelecia que cabia a União, por exemplo, a ação contra as inundações e que os municípios deveriam organizar os serviços públicos. Ao Distrito Federal era dado o direito de recolher impostos estaduais e municipais¹⁹. Dessa forma, as ações urbanísticas eram prioritariamente atribuição do poder público. Como veremos adiante, durante a construção de Brasília, o cuidado do governo federal com a urbanificação da capital litorânea foi relegada a segundo plano, diferentemente do que ocorria em governos anteriores.

Os vestígios documentais utilizados nesta pesquisa são os jornais. De acordo com Almuíña Fernández, os jornais têm por objetivo primário serem meios de comunicação, no entanto, isso não invalida a possibilidade de uma análise qualitativa do seu conteúdo. Por não possuir neutralidade e demonstrar características heterogêneas, até mesmo contraditórias, a imprensa é capaz de estimular debates, criar opiniões e influenciar a opinião pública e, além disso, por meio do exame do vocabulário utilizado é possível apreender mensagens implícitas, inclusive aquelas que circundam o discurso principal²⁰. Para a análise da documentação utilizaremos a metodologia da Análise do Discurso Crítica (ADC), cunhada por Norman Fairclough. A ADC, segundo Fairclough,²¹ não é

¹⁸ SILVA, J. A. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo, SP: Malheiros. 2006. P.324, 325.

¹⁹ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF. 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm.

²⁰ FERNANDÉZ, C. A. La prensa escrita como documento histórico. IN: MARTINEZ DE SAS, T. & et al, *Haciendo Historia - Homenaje al profesor Carlos Seco*. Barcelona, Espanha: Universidad de Barcelona, 1989; FERNANDÉZ, C. A. Prensa y opinión pública - La prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. IN: BENIMELI, J. F. *Masonería, política y sociedad*. Córdoba, Espanha: Fundación Dialnet, 1989; FERNANDÉZ, C. A. La prensa fuente para la historia de la población. IN: SOUSA, F. *População Portuguesa - História e Prospectiva: População e Sociedade*. Vol. 1. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1995.

²¹ FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: papers in the critical study of language*. Londres: Longman, 1995; FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

somente um estudo gramatical, linguístico, mas também uma abordagem que visa compreender a vida social e fatores sociais. Para a ADC o discurso não é apenas a língua sendo utilizada, ele é “constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”, onde é possível depreender espaços de luta, ações humanas e o sujeito como agente²². Por isso, selecionamos periódicos de linhas editoriais distintas, alguns defensores da mudança do Distrito Federal, como o *Diário de Notícias* e o *Última Hora*, e outros opositores da ideia, como o *Correio da Manhã*. As reportagens foram escolhidas de acordo com a relevância ocupada no momento de sua publicação, como notícia de capa ou letras garrafais, que buscavam impactar e chamar a atenção do leitor. Também recorreremos às fotos produzidas pelos editoriais. Conforme demonstra Peter Burke,²³ devemos resistir ao impulso inicial de tomar o que é reproduzido na fotografia como uma captação da realidade. As iconografias são produzidas com o intuito de despertar sensações em quem as observa. Desde o assunto, o cenário, passando pelas posturas e trejeitos, chegando até mesmo à edição, tudo provém a partir do filtro dos fotógrafos que, conscientes ou não, “selecionam que aspectos do mundo real vão retratar” e, aqueles que se deixam retratar tentam do mesmo modo transmitir certa representação de si²⁴. Não obstante, isso não impede que fotos sejam utilizadas cientificamente, com elas é possível perceber concepções da realidade social que permeiam o imaginário e que não estão assentadas por escrito, mesmo com a interferência dos produtores na realidade é factível captar as mentalidades e o ideário que buscou-se representar e diferentes visões sobre uma mesma sociedade.

A SECA NA “VENEZA” DOS TRÓPICOS

Próximo à estação da Leopoldina aglomera-se uma multidão. Cerca de três mil pessoas reúnem-se para observar acontecimento curioso: um golfinho surge no centro da cidade. Uma bela cena, se não fosse parte de uma situação mais incomum ainda, o fato de ele estar nadando nas inundações. No dia anterior, as fortes chuvas causaram grandes

²²RESENDE, V. M. Análise do discurso crítica. SP: Contexto, 2006

²³BURKE, P. *Testemunha Ocular - O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.

²⁴BURKE, 2017, p. 35-54.

alagamentos e, possivelmente, arrastaram o animal pela força da correnteza²⁵. A geografia da região não era favorável ao escoamento, favorecendo as cheias. Onde hoje vemos grandes prédios, antes existiam brejos, lagos e pântanos espremidos entre encostas e baixadas que posteriormente foram aterrados com lixo e entulhos, contando apenas com valas com pouca declividade para o sistema de drenagem e escoamento. A topografia da cidade mostra que as encostas eram íngremes e as planícies ao nível do mar, fazendo com que a água escorresse rapidamente e se represasse com facilidade²⁶. Diante da ineficiência do poder público, as inundações representavam um grande prejuízo financeiro e de vidas.

Se durante o ano as chuvas já eram uma questão de preocupação, no período de verão a situação das enchentes se tonava ainda mais caótica e “as águas de março” deixavam sua marca pelas ruas da cidade. Segundo o Correio da Manhã, a rápida chuva que caiu sobre o centro foi suficiente para causar grandes estragos. A região da Lapa, centro até o Maracanã, passando pela Praça da Bandeira se tornou um imenso lago. O problema se refletiu por horas a fio, pois nesse momento milhares de pessoas estavam de retorno para os seus lares depois de um dia de trabalho. Na Rua dos Inválidos, a travessia era realizada de canoa e na Avenida Presidente Vargas, na altura do Campo de Santana, marquises desabaram. Ao tentar proteger-se do temporal, Alcides Brasil da Silva, servidor público de 47 anos, perdeu a vida ao ser esmagado por um muro que sucumbiu devido aos fortes ventos. O mesmo triste destino teve Hercília Maria da Conceição, de 36 anos que faleceu eletrocutada devido ao rompimento da fiação elétrica causada pela intempérie²⁷.

No mês seguinte, em abril, novo alagamento causou transtornos em diversos pontos do município. Quinze minutos de forte chuva foram suficientes para deixar como saldo um alagamento de 60 cm de altura na região do centro, 30 cm de água na Zona Sul, invasão de casas na Zona Norte, paralisação completa do trânsito no Méier e desabamentos em Cascadura²⁸. “Como tradicionalmente acontece após um violento temporal, os diversos bairros do Rio amanheceram alagados, com bondes parados, ônibus e lotações impedidos de trafegar [...]”, assim inicia uma reportagem do Diário de Notícias,

²⁵ ÚLTIMA HORA. O boto veio do mar para o mangue. Rio de Janeiro, 20 de março de 1956. Edição 1458.

²⁶ ABREU, M. A. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In ROSA, L. P. & LACERDA, W. A. *Tormentas Cariocas - Seminário de prevenção e controle dos efeitos dos temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: COPPE/UFRJ, 1997.

²⁷ CORREIO DA MANHÃ. Mortes e desabamentos no temporal de ontem. Rio de Janeiro, 27 de março de 1957. Edição 19632.

²⁸ CORREIO DA MANHÃ. Enchentes: 60 centímetros de águas imundas inundaram o centro da cidade. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1957. Edição 19645.

mostrando que mesmo um ano depois nada havia sido feito e que os desabamentos, cheias e mortes continuavam a acontecer normalmente²⁹. Com bom humor, outra reportagem apelidou a cidade do Rio de Janeiro de “Nova Veneza” em alusão a cidade italiana envolta em água³⁰. Mesmo depois de escoada, a cheia deixava outros problemas a serem solucionados, como a lama acumulada.

O sistema de escoamento da cidade não era suficiente e o pouco que existia não recebia a devida atenção. Após um mar de água, as ruas viam-se lotadas de “um lençol de lama” que era arrastada de buracos feitos por obras não concluídas, ruas não asfaltadas e das encostas dos morros (muitas vezes com partes de barracos em que móveis, pias e sanitários desciam juntamente com a sujeira) e segundo levantamentos feitos no período, a cada temporal o prejuízo era de Cr\$ 6 milhões. A época, o município possuía apenas 840 km de esgoto que atendia apenas um terço da crescente população que já chegava a 1.200.000 habitantes³¹. Além da falta de saneamento básico, a lama espalhada atrapalhava o trânsito, o comércio, a circulação de pessoas e favorecia o aparecimento de doenças, como o surto de tifo que ocorreu em 1959³². As medidas tomadas para a resolução desses problemas eram apenas paliativas, como assumido pelo então secretário de Viação e Obras, o respeitado engenheiro Pires Amarante. O Departamento de Limpeza Urbana admitia-se incapaz de resolver a problemática e quando questionado pelo repórter, o diretor do departamento perguntou: “Se não temos carros para retirar o lixo como dispor de caminhões para retirar a lama que se acumula em *quase todas as ruas da cidade?* [grifo nosso]”, como observado na imagem 1. A então mais recente grande obra de construção de canais, desobstrução e limpeza das vias havia acontecido em 1955, porém com a mudança de administração tais coisas foram acontecendo de maneira menos frequente. Tornou-se costume amontoar a lama seca em determinados locais, mas que por não ser recolhida acabava sendo novamente espalhada na chuva seguinte³³.

²⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ruas alagadas, tráfego paralisado e uma morte em consequência do temporal. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1958. Edição 10863.

³⁰ CORREIO DA MANHÃ. Advertência – Novas enchentes farão do Rio uma Nova Veneza. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1958. Edição 19907.

³¹ CORREIO DA MANHÃ. Imundície dos morros cobre as ruas da cidade. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1957. Edição 19825; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março de 1959. Edição 11141.

³² ÚLTIMA HORA. Catástrofes sobre o Rio: desabamento e mortes. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1959. Edição 2725; ÚLTIMA HORA. Surto de tifo poderá tomar vulto nos subúrbios do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1959. Edição 2890.

³³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março de 1959. Edição 11141; ÚLTIMA HORA. Estudos sobre estudos equacionaram o problema, mas as soluções não vieram. Lama, lixo, esgoto: apontam-se muitas causas – mas as enchentes continuam... Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. Edição 2366.

Imagem 1. Reportagem em que o jornal ilustra com fotos a notícia da lama que frequentemente se formava após um temporal.



Fonte. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1956. Edição 19301.

A influência do poder central sobre a capital foi alvo de intensas discussões no Congresso Nacional. Esse fenômeno foi chamado por Américo Freire de *federalização incompleta*. Diferentemente com o que ocorreu com a fundação de Washington, DC nos EUA, a consolidação da cidade do Rio de Janeiro como capital republicana envolveu propostas e debates entre o Parlamento, o Executivo Federal e os poderes locais. Buscando assegurar influência e presença em sua sede, o poder central através do Congresso desenhou a organização política e atribuições dos órgãos de Estado instalados no Distrito Federal “neutralizando assim poderes locais e colocando a cidade sob administração direta do governo central”³⁴. Mas para preservar um mínimo de autonomia local, instituiu a câmara municipal com vereadores eleitos como forma de dar voz e representação política aos habitantes da cidade.

A Lei Orgânica do Município, aprovada pelo Congresso Nacional e não pela Câmara dos Vereadores, estabelecia as funções que os órgãos municipais e federais deveriam exercer. O prefeito era indicado para o cargo pelo Presidente da República e

³⁴ FREIRE, A. *Uma capital para a República - Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000, p. 23, 25.

somente assumiria a prefeitura após a aprovação do seu nome pelo Senado Federal. A Câmara dos Vereadores deveria criar as leis, contudo, caso o prefeito vetasse algum projeto, a apreciação desse veto caberia aos senadores que poderiam concordar ou derrubar. No terceiro artigo da referida lei, o legislador é explícito ao dizer que cabia a administração do Distrito Federal e a União conjuntamente zelar pela assistência pública e no seu quinto artigo previa a cooperação entre os órgãos públicos³⁵.

Diante do descuido da União com a sua sede, alguns vereadores buscavam soluções para os infortúnios causados pelas chuvas. Foi o caso da vereadora Lígia Lessa Bastos. Ela propôs a criação de uma comissão de estudos e criação de propostas que agissem diretamente sobre três pontos-chaves: “I) A deficiência da rede de esgotos; II) A falta de conservação da mesma; III) a enorme quantidade de terra que as águas pluviais carregam dos morros e ladeiras para as ruas, entulhando as sarjetas, entupindo ralos, rios e canais e obstruindo os esgotos”. Para cada ponto Lígia e a comissão apresentaram ideias que visavam equacionar o problema, como a construção de galerias, instalação de bombas de sucção, arborização de encostas, cobertura de rios e canais que ficam a céu aberto, etc.³⁶

No entanto, nada dessas coisas saíram do papel. O motivo frequentemente invocado era a falta de verbas. Chama a atenção essa colocação, pois, constitucionalmente, o Distrito Federal recolhia tanto os impostos estaduais como também os municipais unicamente para si, e no ano de 1959 o orçamento do Rio foi calculado em cerca de Cr\$ 19 bilhões, quantia superior ao que muitos estados arrecadavam³⁷. O que poderia estar acontecendo então com esse dinheiro? Um fato ocorrido no Banco do Brasil e na Previdência Social pode nos ajudar a compreender melhor. Nos dias 3 e 4 de março de 1959, os funcionários públicos movimentavam-se em protesto nas repartições buscando seus salários que não haviam recebido. O banco alegava não possuir fundos para efetuar os pagamentos e buscava uma solução com o Tesouro Nacional. Situação semelhante aconteceu com o Instituto de Previdência Social. Os

³⁵ BRASIL. Lei 217, de 15 de janeiro de 1948 - Lei Orgânica do Distrito Federal. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-217-15-janeiro-1948-367834-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em 10 de agosto de 2020, às 19h09 min.

³⁶ ÚLTIMA HORA. Estudos sobre estudos equacionaram o problema mas as soluções não vieram. Lama, lixo, esgoto: apontam-se muitas causas – mas as enchentes continuam... Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. Edição 2366.

³⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março de 1959. Edição 11141.

segurados reclamavam dos valores baixos das pensões e da dificuldade de acessarem os serviços oferecidos. Tanto no Banco do Brasil quanto a Previdência denunciavam que estavam com dificuldade de honrar suas obrigações porque estavam com os cofres vazios, pois todo o dinheiro fora desviado para a construção de Brasília que estaria assim “monopolizando as atenções do governo e, por isso, absorvendo todos os recursos [...]”.³⁸ É possível encontrar relatos, inclusive, do sumiço de dinheiro em circulação no dia a dia: o cafezinho e o troco do transporte chegaram até mesmo a ficar comprometidos, pois não havia níqueis para serem utilizados³⁹. Por isso, parece-nos razoável concluir que parte das verbas do caixa do Rio de Janeiro padecia do mesmo destino, deixando a cidade a própria sorte. E não apenas isso, como comentaremos mais à frente, a corrupção também aprofundava a limpeza dos cofres públicos. Apesar da abundância de água com a chuva, ironicamente, a ausência dela no cotidiano também era comum. Enquanto a água sobrava e causava grandes estragos nas ruas, ela estava em falta nos canos e nas torneiras (Imagem 2).

Imagem 2. Notícia e charge denunciando paralelamente desvio de verbas, as enchentes, a falta de água e o “mercado” em torno dos valores dos baldes.



Fonte: Última Hora. Coluna “Fala o Povo”. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1956. Edição 1967.

³⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Para Brasília há dinheiro. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1958. Edição 11060; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Tumulto nas repartições federais devido ao atraso no pagamento – envio de dinheiro para Brasília seria a causa. Rio de Janeiro, 5 de março de 1959. Edição 11135.

³⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Para Brasília há dinheiro. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1958. Edição 11060; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Tumulto nas repartições federais devido ao atraso no pagamento – envio de dinheiro para Brasília seria a causa. Rio de Janeiro, 5 de março de 1959. Edição 11135; CORREIO DA MANHÃ. Falta de moeda divisionária nos ônibus e lotações do Rio. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1959. Edição 20359.

A desordem causada pela escassez de água atingia a vida de toda a população. Em Copacabana, grupos de pessoas foram flagrados aproveitando a água vinda dos céus. Os moradores do bairro saíram de suas casas com sabonetes em mãos e resolveram banhar-se com as chuvas visto que não possuíam água em suas residências. As sessões na Câmara dos Deputados, no belo Palácio Tiradentes, eram frequentemente interrompidas devido à seca⁴⁰. Até mesmo a casa de Juscelino Kubitschek ficava de torneiras vazias, tendo que recorrer a caminhões pipa para aliviar o incômodo, luxo que nem todos os habitantes conseguiam arcar. Um caminhão pipa poderia custar entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 500,00⁴¹. Grandes calamidades aconteciam por não haver água nos canos, como por exemplo, os incêndios que ocorriam com frequência. Conforme é possível ver nos levantamentos realizados em jornais do período e com os dados inseridos na Tabela 1, os prejuízos chegavam à casa dos milhões, pois ao chegarem ao local de chamada, os bombeiros encontravam os hidrantes vazios, o que dificultava o trabalho de controle das chamas.

Tabela 1. Incêndio nos quais as chamas não puderam ser debeladas por falta de água (1956-59)⁴²

DATA	LOCAL	INFORMAÇÕES
09 de fevereiro de 1956	Edifício localizado na Rua do Lavradio, 140.	Destruição do prédio e dos vizinhos Hotel Vitória-Minas, Fábrica de Materiais de Construção M M G Gonçalves e Cia, e edifício residencial. 50 famílias desabrigadas. Chamas demoraram cerca de 10 horas para serem controladas. Suspeita de incêndio criminoso.
28 de julho de 1956	Casa Wolff de Produtos Químicos, Ácidos e Anilinas - Rua do Lavradio, 126	Destruição total do prédio, e comprometimento da estrutura de dois edifícios vizinhos. Proprietário teve mal súbito ao receber o comunicado do incêndio.

⁴⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Por falta de água tomaram banho de chuva nas ruas. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1958. Edição 10794; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Câmara dos Deputados: “Illegal a reconvocação do gen. Denys” volta a afirmar o Sr. Afonso Arinos. Rio de Janeiro, 1 de março de 1958. Edição 10826; CORREIO DA MANHÃ. Na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1 de março de 1958. Edição 19916.

⁴¹ CORREIO DA MANHÃ. Na Câmara dos Vereadores: Nomeada a comissão de inquérito para apurar o caso da venda de concessões. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1957. Edição 19684; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Prossegue o rendoso comércio de pipas de água na Zona Sul. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1958. Edição 10823; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ruas e bairros da cidade – coradouros em plena rua com prejuízos para as famílias. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1958. Edição 10821.

⁴² Foram selecionadas as reportagens que traziam no seu texto a afirmação clara a respeito da falta d’água no momento de tentativa de combate às chamas.

DATA	LOCAL	INFORMAÇÕES
19 de março de 1956	Supermercado SAPS - Rua Elpídio Boa Morte - Praça da Bandeira	Prejuízo de Cr\$ 15 milhões.
16 de abril de 1956	Centro Espírita - Campo de Santana	No mesmo prédio havia uma joalheria, uma sapataria e uma loja de vestuário. Fogo atingiu um cortiço vizinho.
21 de novembro de 1956	Delegacia de Polícia e Prédio do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) - Rua São Cristóvão, 482 - São Cristóvão.	Perda total do edifício histórico da delegacia e parte do prédio da SAM. Dentre as vinte toneladas de documentos destruídos estavam incluídos o cadastro da população da capital, os registros das Empregadas Domésticas e de hotéis do Distrito Federal recolhidos durante os 20 anos anteriores.
08 de janeiro de 1957	Loja de Ferragens - Praça da Bandeira, 103A Sobrado.	Perda total do imóvel. Suspeita de incêndio criminoso.
31 de janeiro de 1957	Prédio de três pavimentos - Rua Gonçalves, 80	Destruição do Bar e Leitaria São Francisco, do Instituto de Beleza Arege e da loja Braz Veiga.
09 de maio de 1957	Favela da Praia do Pinto - Leblon	Entre 200 e 300 barracos destruídos; mais de mil pessoas desabrigadas. Sem notificação de mortos pelos jornais
25 de maio de 1957	Edifícios da Avenida Passos, entre a Rua da Alfândega e Rua Buenos Aires	Destruição de quase todos os pavimentos do quarteirão, e sérias danificações nas casas térreas. Um bombeiro acidentou-se no evento. Grupos aproveitaram para saquear as lojas.
21 de março de 1957	Armazém de Secos e Molhados - Rua São Luiz Gonzaga, 1840 - São Cristóvão	Prejuízo em mercadorias de Cr\$ 600 mil e perda do imóvel avaliado em Cr\$ 2 milhões.
31 de dezembro de 1957	Loja Camisaria Progresso - Praça Tiradentes com Rua da Carioca. Loja Casa Oliveira (instrumentos musicais) e Camisaria Escolar - Rua da Carioca	Prejuízo avaliado em Cr\$ 29 milhões de cruzeiros; Quatro bombeiros feridos.
31 de dezembro de 1957	Lojas Mundo da Borracha e Casa da Borracha - Rua do Senado, 10 e 12	Mundo da Borracha - Prejuízo de Cr\$ 10 milhões; Casa da Borracha - Prejuízo de Cr\$ 1 milhão e destruição da sede recém instalada.

DATA	LOCAL	INFORMAÇÕES
31 de dezembro de 1957	Fábrica de Móveis Fogueira - Rua Matimoré, 504	Prejuízo de Cr\$ 20 milhões em maquinário, móveis, edifício, matéria prima e etc.
5 de fevereiro de 1958	Casa das Ordens do Grupo de Artilharia da Costa (Edifício Militar) - Rua Bartolomeu Mitre	Reportagem impedida de colher informações (Correio da Manhã)
10 de abril de 1958	Indústria Marfim Ltda - Fábrica de Móveis	Prejuízo de Cr\$ 2 milhões. Destruição total do casarão sede da empresa.
18 de agosto de 1958	Fábrica de Pastas Jeka - Rua Alexandre Mackenzie, 124 e 128	Prejuízo de Cr\$ 20 milhões. As chamas atingiram o sobrado, deixando famílias desabrigadas.
1 de outubro de 1958	Edifício do Jornal do Comércio - Avenida Rio Branco, 117	Perda total do maquinário de linotipo e destruição parcial de alguns andares.
29 de dezembro de 1959	Fábrica de Móveis Guarany - Rua Moncorvo Filho, 51	Destruição parcial do galpão

Fontes: Jornais Correio da Manhã, Última Hora e Diário de Notícias.

Os hospitais e as escolas eram outros serviços comprometidos. O Diário de Notícias denunciou o quase colapso total do Hospital do IAPC também chamado Hospital dos Comerciários (hoje Hospital Federal de Ipanema)⁴³. Já fazia 15 dias que nenhuma gota caía das torneiras e o hospital estava realizando apenas 40% dos atendimentos. Não havia nem mesmo água para dar de beber aos pacientes, sendo necessário o oferecimento de água mineral e das 20 operações marcadas, apenas uma pôde ser realizada. O efeito cascata dessa situação é bem ilustrado nas palavras do médico plantonista, Almir Cronenberger: “Não causará surpresa se ocorrerem casos fatais, se formos obrigados, nós médicos, a operar em circunstâncias especiais, como sejam a falta de água e de assepsia, já que esta última é de contingência da primeira.”⁴⁴ O ato de lavar as mãos, parte essencial dos tratamentos de saúde desde pelo menos meados do século XIX com a enfermeira Florence Nightgale, estava em risco. A mesma situação acontecia no Hospital Souza Aguiar, no centro, onde os servidores buscavam amenizar a situação e procuravam água

⁴³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Está há quinze dias sem água o Hospital dos Comerciários. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1958. Edição 10854.

⁴⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Está há quinze dias sem água o Hospital dos Comerciários. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1958. Edição 10854.

na rua, transportando-a em baldes até o prédio. Enquanto isso, outras repartições públicas como o Ministério da Fazenda, a já referida Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas reduziram o horário de expediente⁴⁵.

O colégio São Francisco de Assis, também em Ipanema já estava fechado há três dias por causa da falta de água e segundo afirmações do vereador Raul Brunini o comércio da região como padarias e quitandas corriam risco de suspenderem as atividades pelo mesmo motivo⁴⁶. Em Copacabana, a Escola Marechal Trompowski não recebia água a mais de um ano. Seus quase mil alunos passavam os turnos com sede e o filtro que existia era de cerâmica, que obviamente não dava vazão. Além das merendas que eram prejudicadas, visto que não havia possibilidade de limpeza dos talheres, copos e pratos, a higiene no geral não era satisfatória. Os toiettes exalavam fortes odores que entravam nas salas de aula sendo amenizados com o cheiro da creolina usada para a limpeza⁴⁷.

Essa situação era um prato cheio para discussões, sendo até mesmo iniciada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara dos Vereadores para investigar o Departamento de Águas do município e seu diretor, Edgar Pereira Braga e averiguar o porquê de a situação ter chegado a este nível. Como dito anteriormente, muito estava sendo gasto na construção de Brasília, mas também a suspeita de que parte do dinheiro estava sendo surrupiado por agentes públicos pairava no ar. Na Câmara dos Deputados, o deputado Sérgio Magalhães, apesar de ser quadro do PTB e partido de base do governo, afirmava que estava denunciando os acontecimentos “gravíssimos que vinham ocorrendo na administração da Capital da República não podiam ser considerados isoladamente, mas em conjunto, como resultantes de uma corrupção generalizada, que se verificava atualmente na Prefeitura”⁴⁸. Com respeito à falta de água, o deputado federal Magalhães entregou à polícia o relatório com as conclusões sobre um Requerimento de Informações organizado pela câmara federal que apontava irregularidades no serviço⁴⁹. Apesar de termos procurado o processo, não obtivemos êxito em encontrá-lo. Contudo, no início do

⁴⁵ CORREIO DA MANHÃ. Na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1 de março de 1958. Edição 19916.

⁴⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Câmara de Vereadores: Repercussão da Lei Cotrim Neto em favor dos esgotos da Cidade. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1957. Edição 19677.

⁴⁷ CORREIO DA MANHÃ. Suplícios na Escola Marechal Trompowski. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1956. Edição 19342.

⁴⁸ CORREIO DA MANHÃ. Na Câmara dos Deputados – Prazo fatal para o orçamento e reuniões extras sem “quórum”. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1958. Edição 20139.

⁴⁹ ÚLTIMA HORA. O deputado Sérgio Magalhães acusa: falta de água é caso de polícia! Responde Pereira Braga (diretor do DA) “Não relacionei todas as verbas!”. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1956. Edição 01991; ÚLTIMA HORA. Enquanto nova comissão de investigação é formada... Entregue ao chefe de polícia o inquérito das verbas da água. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1956. Edição 1997.

ano seguinte, o jornal Última Hora publicou uma manchete afirmando que apesar da queda de braço, a denúncia encontrava-se paralisada nas gavetas da DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública)⁵⁰, órgão que deu origem as atuais Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Federal.

“POR TODOS OS CANTOS. EM TODAS AS RUAS. HÁ SEMPRE UM PROBLEMA À ESPERA DE SOLUÇÃO”

A água - excesso e falta – não era o único problema da cidade. No geral, os espaços públicos sofriam do mesmo descaso. Em algumas regiões, grandes entulhos de lixo, mato crescendo, restos de móveis e outros detritos formavam as chamadas sapucaias e eram facilmente encontradas pelos bairros e a solução para o seu descarte não era das mais satisfatórias. Na Central do Brasil, por exemplo, os garis varriam todo o lixo da região para então empilhá-lo nas calçadas, impedindo assim o trânsito das pessoas e “pior ainda é que não satisfeitos com o depósito do lixo, fazem também uma fogueira para incinerá-lo” e o que não era queimado ficava exposto por dias e o mau cheiro dispersava-se pelo ar, incomodando a todos que passavam⁵¹. A falta de caminhões para o transporte dos dejetos era costumeiramente evocada como razão dos problemas com o recolhimento que muitas vezes era feito em carros de tração animal, entretanto, depois da compra de novos caminhões o motivo alegado foi a falta de servidores que pudessem desempenhar a função. Na Rua Pedro Américo, no bairro do Catete que por sinal é o mesmo bairro onde se localiza o Palácio do Catete, sede do governo federal e local de despacho do presidente da República, “o capim aparece junto às calçadas, em altura variada”⁵².

O tempo para que alguma atitude fosse tomada também era questionável. Na Zona Norte, em Engenho de Dentro, a prefeitura iniciou uma obra alegando melhorias na rua, em agosto de 1956. Cinco meses depois, em janeiro de 1957 essas obras foram interrompidas e os infortúnios já eram sentidos como os buracos abertos e acidentes de trânsito. Um ano depois, em janeiro de 1958 a obra continuava paralisada e as condições

⁵⁰ ÚLTIMA HORA. O deputado Sérgio Magalhães vai esclarecer o “negócio” da água: Braga, o Homem Forte – Morreu no DFSP o inquérito da água!. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1957. Edição 2012.

⁵¹ CORREIO DA MANHÃ. A cidade recomposta – como por encanto, surgiram verbas, operários e transporte. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1957. Edição 19688.

⁵² CORREIO DA MANHÃ. Chegaram os caminhões, faltam os trabalhadores. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1957. Edição 19664; CORREIO DA MANHÃ. Transformada a cidade numa gigantesca “sapucaia”. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1957. Edição 19676.

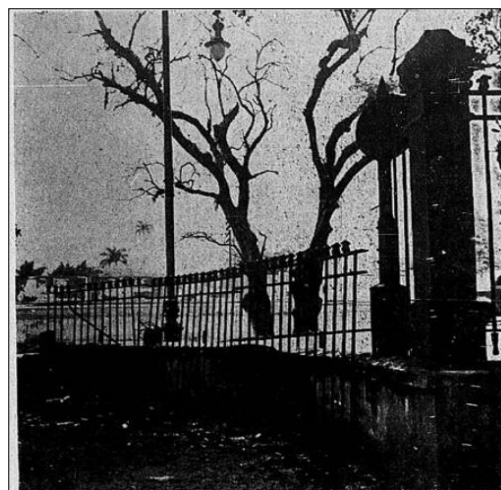
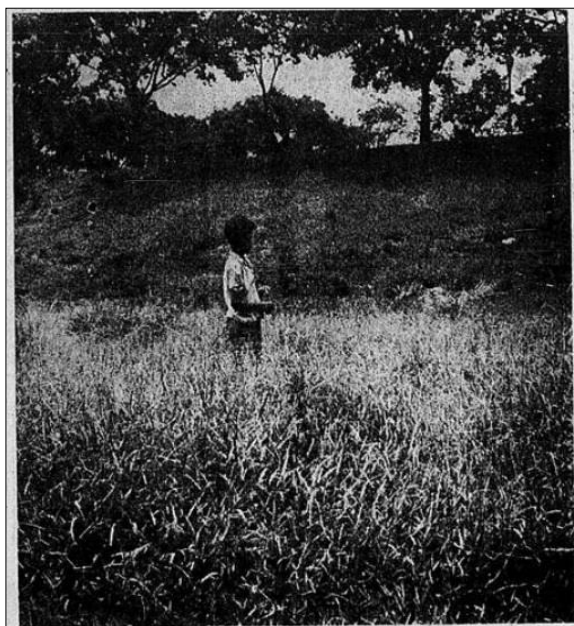
estavam piores do que antes. Os buracos abertos passaram a se tornar piscinas que acumulava água da chuva, que junto com o lixo acumulado, apodrecia e atraía inúmeros mosquitos. Na Rua André Cavalcanti, já havia relatos de que mesmo com a organização da coleta, o serviço demorava mais de um mês para acontecer o que obrigava os moradores a se desfazerem do lixo empilhando-o nas vias⁵³.

Além disso, parques históricos importantes como a Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana encontravam-se na mesma situação. A Quinta, assim que se entrava pelos portões, já era possível ver que suas portas haviam sido arrombadas, que as trancas não foram substituídas, também as grades de proteção estavam avariadas e muitas das árvores, diversas delas ainda remanescentes da época do Império, estavam morrendo ou sendo utilizadas como material para fogueira (imagem 3). Ao caminhar mais um pouco, o mau cheiro e a grama de mais de meio metro de altura dava boas-vindas aos que se aventuravam visitar o local. Os lagos não estavam sendo cuidados, tonando-se um depósito de lama apodrecida e criadouro de mosquitos. O policiamento – quando havia – era feito por três guardas responsáveis por vigiar uma área de mais de cem mil metros quadrados. E, além disso, pessoas utilizavam o espaço para lavar os seus carros desfrutando das torneiras que existem no local. Num período em que a pobreza era marcante, várias pessoas sem casa aproveitavam o terreno para construir alguns barracos para morarem⁵⁴.

⁵³ CORREIO DA MANHÃ. Um ano de podridão na rua Dr. Garnier. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1958. Edição 19883.

⁵⁴ CORREIO DA MANHÃ. O que é a Quinta, parte II: Banhos clandestinos, capinzal e charco – favelas em formação. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1958. Edição 19871.

Imagem 3. Aspectos da conservação do patrimônio da Quinta da Boa Vista.



Fontes: Correio da Manhã, 5 de janeiro de 1958. Edição 19871; Correio da Manhã, 12 de janeiro de 1958.

O Campo de Santana, localizado na região central da cidade, estava nas mesmas condições. As obras de reparo do parque ficaram paradas por um longo tempo, com o lixo atingindo cerca de um metro de altura⁵⁵. A violência também se fazia presente no campo. Uma quadrilha com cerca de sete integrantes realizava furtos no local. O camelô Severino Luiz da Paixão foi assaltado, ficando sob ameaça de navalhas, tendo o seu relógio e suas mercadorias avaliadas em cerca de Cr\$ 8 mil cruzeiros roubadas⁵⁶. Os visitantes, por sua vez, costumavam ser instados a não visitarem o local. Outros sítios, como o jardim da Praia Vermelha feito para se tornar um espaço público para os moradores, foi destruído e construído um calçamento por cima⁵⁷.

As péssimas condições em que se encontravam os bairros do Rio e setores de infraestrutura básica chamavam a atenção. Juscelino era conhecido por ser um gestor dado a grandes obras. Quando governador de Minas Gerais, seu lado construtor já era evidente e desde essa época seu relacionamento com empreiteiras era estreito. Sua política tornou Minas o segundo estado em maior número de empreiteiras do país. Em nível nacional, JK

⁵⁵ CORREIO DA MANHÃ. Com boa vontade e trabalho muito se poderá fazer pela cidade. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1957. Edição 19670.

⁵⁶ CORREIO DA MANHÃ. Enchentes: 60 centímetros de águas imundas inundaram o centro da cidade. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1957. Edição 19645.

⁵⁷ CORREIO DA MANHÃ. A cidade recomposta – como por encanto, surgiram verbas, operários e transporte. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1957. Edição 19688.

fortaleceu esse ramo e alavancou a indústria pesada. Em nível regional, especificamente do Rio, isso não se repetiu, pois “com a chegada de JK à presidência, ela [as empreiteiras mineiras] foram carreadas para junto das principais contratantes da esfera federal e que, até então, eram nichos de atuação privilegiada das firmas cariocas”, assim, em detrimento das empresas cariocas, Kubitschek concede às empresas mineiras a preferência na construção de Brasília, de rodovias e hidroelétricas⁵⁸.

Nesse mesmo período, o Brasil era inundado com capital estrangeiro. O crescimento industrial foi significativo, no entanto, tais investimentos passaram distantes do Rio de Janeiro. São Paulo, que suplantara o Rio como centro financeiro e industrial do Brasil, atraiu a maior parte desses investimentos do exterior. O esvaziamento industrial do Rio se acentuou com o fechamento de diversas indústrias da cidade e mudança destas para SP⁵⁹. Até 1960, o Rio representava 27% da renda brasileira, em 1970 tal índice caíra para 19,4%, chegando a 14% em 1980⁶⁰. Apesar disso, o Rio continuava atraindo imigrantes e via o seu número populacional explodir, com muitas pessoas abandonadas à própria sorte e, sem moradia ou emprego, acabavam por recorrer à mendicância nas ruas para sobreviver e tendo de enfrentar a violência encampada pela repressão do Estado e criminalização da pobreza⁶¹. Somado a isso, temos também o esvaziamento político sofrido. Com a mudança da capital, o Rio deixa de ser palco dos debates nacionais, que fazia parte da sua identidade quanto cidade, rompendo a sua dinâmica institucional⁶², o que se reflete até mesmo no número de ministérios ocupados por cariocas no Governo JK. De todos os presidentes do período da experiência democrática [1945-1964], proporcionalmente, os cariocas foram escalados para apenas 10% das pastas, e curiosamente até mesmo Jânio Quadros, presidente oriundo de São Paulo e com uma curta gestão, compôs seu alto escalão com 25% de nascidos no Rio⁶³. Em 1958 e já próximo da mudança para Brasília, o governo federal, através do ministro da Justiça Cirilo Júnior, apresentou um projeto para “congelar a disputa política na ex-capital federal como forma

⁵⁸ CAMPOS, P. H. (2012). A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. *Tese de doutorado em História*. Niterói, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF, UFF. P. 101.

⁵⁹ ABREU M., *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ. IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

⁶⁰ SILVA R., Rio de Janeiro: crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional [1930-2000]. *Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico*. Campinas, SP. Instituto de Economia - IE. Unicamp, 2004.

⁶¹ COSTA, R. G. 'Esses elementos que enfeiam a cidade' - Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956-1960). *Temporalidades*, Edição 33, Volume 12, Número 2, 2020, p. 345-365.

⁶² OSORIO, M., REGO, H. R. & VERSIANI, M. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. A. *Revisitando o território fluminense*. Volume 6. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2017.

⁶³ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em 04 de novembro de 2020, às 3h.

de neutralizar a cidade no complexo jogo eleitoral com vistas à campanha presidencial de 1960”⁶⁴.

As obras que eram realizadas não beneficiavam a todos e tinham uma característica mais amenizadora do que de solução definitiva. O pouco de infraestrutura e saneamento básico existente resumiam-se as áreas consideradas nobres da cidade, de maneira que as regiões de moradia da alta burguesia e da classe média podiam usufruir de uma maior oferta dos serviços públicos e as obras executadas visavam mais a atender essa parcela da sociedade. Enquanto isso, a maior parte do contingente populacional ficava excluída do acesso a serviços como transporte, saúde e educação⁶⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição do Rio de Janeiro durante a administração Kubitschek foi rica em debates na época e nos legou abundantes documentações para pesquisa. Começando pela epígrafe que abre este texto, percebemos que o embate foi extenso e atingiu os mais altos escalões da República. Por sua vez, a imprensa foi a arena em que as ideias digladiavam-se atraindo para si apoiadores e opositores. Devemos nos recordar que no período a imprensa passava por profunda transformação, buscando deixar de lado – ao menos de forma explícita – o antigo modelo militante, que se posicionava claramente a favor ou contra algo, para um modelo direcionado mais para a notícia em si. Entretanto, possuírem os jornais um lado político não necessariamente invalida as informações por eles produzidas, afinal a posição está desvinculada da ocorrência do fato⁶⁶.

Pelo que pudemos observar, em geral o governo JK obteve êxitos econômicos e diversos pontos de seu Plano de Metas foram atingidos. Entretanto, Eric Hobsbawm⁶⁷ chama atenção para um questionamento que nos é válido ainda hoje: teria a industrialização e o desenvolvimento econômico alterado o padrão e a qualidade de vida? Em sua procura pela resposta, Hobsbawm nos mostra que desenvolvimento e aumento de

⁶⁴ MOTTA, M. S. Que será do Rio? - refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, Volume 4, 1997, p. 146-174.

⁶⁵ SILVA, P. S. (2020). Obras públicas, planos urbanísticos e transformações do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948 - 1975). *Temporalidades*. Edição 32, Volume 12, Número 1, 2020, p. 373-393.

⁶⁶ RIBEIRO, A. P. Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50. *Tese de Doutorado em Comunicação*. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Comunicação – UFRJ, 2000.

⁶⁷ HOBSBAWM, E. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo, SP: Paz & Terra, 2000, p. 92-97.

produção não estão necessariamente vinculados a aplicação efetiva dos recursos e uma distribuição igualitária destes. Debruçarmo-nos sobre essa perspectiva permite termos outro ponto de vista sobre o período Kubitschek.

Assim como na Revolução Industrial, viver nas cidades não significava ter uma vida digna, muito menos que essa era melhor do que no campo. A prosperidade das cidades não era, então, desfrutada pela massa. Desta forma, quando paramos para observar a industrialização e desenvolvimento gozados pelo Brasil na segunda metade da década de 1950 e os comparamos com a cidade do Rio de Janeiro, é perceptível que tal desenvolvimento não se refletiu em ganhos para a capital federal. A administração da cidade era compartilhada com o Governo Federal, sendo de responsabilidade do Presidente da República a escolha do prefeito, e em última instância, o responsável por ser o fiador da gestão. Fazia parte histórica da ação do governo tomar atitudes diretas para tentar solucionar os impasses que surgiam como doenças, reformas e etc. Mesmo sendo impossível impedir as intempéries naturais, os seus impactos poderiam ter sido previstos e atenuados. Nesse caldeirão incluímos a falta de água que desde os tempos coloniais assombrava a cidade, porém o poder público procurava de alguma forma resolver ou amenizar a situação, haja vista construções como os Arcos da Lapa, de pé até os dias atuais. Aos espaços públicos, como os parques, a falta de gestão e cuidados impedia o usufruto por parte da população, negando-lhes assim parte da cidade.

O Rio de Janeiro era o local onde desembarcavam primeiro as ideias de progresso, civilização, ciência, política e sociedade e de lá era propalado para o restante do país. Com a proclamação da República isso permaneceu, como demonstram as inúmeras intervenções estatais na modernização da cidade. Contudo, com a construção da nova capital essa lógica foi interrompida, pois todas as atenções se voltaram para Brasília, onde os investimentos acabaram por serem canalizados, relegando o Rio a segundo plano. Diferentemente das gestões anteriores, no governo JK o Rio de Janeiro não estava incluído no projeto de desenvolvimento. Diante do abandono sofrido, a cidade sofreu perante os problemas. Por isso, podemos concluir que houve falta de interesse político para que melhorias fossem levadas a cabo. Propostas para solucionar essas questões foram levantadas por diversos agentes, como as encampadas pela vereadora Lígia ou pelas batalhas travadas pelo deputado federal Magalhães, até mesmo por parte da população.

No entanto, tendo em vista os limites temáticos e editoriais escolhemos focar-nos nestes aspectos da infraestrutura da cidade, mas,

como demonstra a documentação, os desdobramentos desta questão fizeram-se sentir amplamente sobre a sociedade carioca do período e será objeto de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF. 1946.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Correio da Manhã*. Anos indicados

_____, *Diário De Notícias*. Anos indicados.

_____, *Última Hora*. Anos indicados.

Obras Gerais

ABREU, M. A. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, L. P. & LACERDA, W. A. *Tormentas Cariocas - Seminário de prevenção e controle dos efeitos dos temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: COPPE/UFRJ, 1997.

AZEVEDO, A. N. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, A. N. (Org.) *Rio de Janeiro - Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Dpto. Cultural/NAPE/Depxt/SR-3-UERJ, 2002.

AZEVEDO, A. N. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016.

BENEVOLO, L. *A cidade e o arquiteto - Método e história na arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

BURKE, P. *Testemunha Ocular - O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017

CAMPOS, P. H. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado em História. Niterói, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF, UFF. 2012.

- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil - O longo caminho* (25ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, R. G. 'Esses elementos que enfeiam a cidade' - Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956-1960). *Temporalidades*. Edição 33, Vol. 12, Número 2, 2020.
- DIAS, M. L. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda. 2005.
- DOS SANTOS, M. *A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956 - 1960)*. Dissertação de mestrado em História. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB. 2008.
- ENDERS, A. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus. 2002.
- FERNANDÉZ, C. A. La prensa escrita como documento histórico. In: T. MARTINEZ DE SAS, & et al (Org.). *Haciendo Historia - Homenaje al profesor Carlos Seco*. Barcelona, Espanha: Universidad de Barcelona, 1989.
- FERNANDÉZ, C. A. Prensa y opinión pública - La prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In: BENIMELI, J. F (Org.). *Masonería, política y sociedad*. Córdoba, Espanha: Fundación Dialnet, 1989.
- FERNANDÉZ, C. A. La prensa fuente para la historia de la población. In: SOUSA, F (Org.). *População Portuguesa - História e Prospectiva: População e Sociedade*. Vol. 1. Porto, Portugal: Edições Afrontamento. 1995.
- FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946 - 1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, J. A.; FREIRE, A (Org.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX*. Olhares cruzados. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.
- FLORENTINO, M. *Em costas negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FREIRE, A. *Uma capital para a República - Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRALHA, F. *A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900 - 1920)*. Dissertação de mestrado em História. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF, 2008.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, SP: Martins Fontes/Selo Martins, 2014.

- HOBSBAWM, E. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo, SP: Paz & Terra, 2000.
- KUBITSCHECK, J. Discurso de JK na inauguração de Brasília. Em BRASIL, *Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- LYNCH, C. C.. Questão de urgência nacional: o Rio como 2º distrito federal. *Insight Inteligência*, Vol., 19. Nº 76. (Jan - Mar de 2017)
- MOTTA, M. S. Que será do Rio? - refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, Vol. 4, 1997.
- QUELER, J. J. *Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek (1957 - 1960)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004.
- RIBEIRO, A. P. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Comunicação – UFRJ, 2000.
- SANTANA, K. O. "Reuniões perigosas" - Ajuntamento ilícito e política na corte regencial (1831 - 1837). Dissertação de mestrado em História. Seropédica, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, 2019.
- SILVA, D. C. Uma avenida em questão: a construção da Avenida Central e os debates públicos. IN: FERREIRA, J. (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais - Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889 - 1930)* Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras/FAPERJ, 2017
- SILVA, J. A. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo, SP: Malheiros, 2006.
- SILVA, P. S. Obras públicas, planos urbanísticos e transformações do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948 - 1975). *Temporalidades*. Edição 32, volume 12, número 1, 2020, pp. 373-393.
- WESTIN, R. (20 de abril de 2015). *Adversários de JK tentaram impedir transferência da capital para Brasília*. Disponível em Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/17/adversarios-de-jk-tentaram-impedir-transferencia-da-capital-para-brasilia>. Acesso em: maio de 2020.

Recebido em: 10/08/2020 – Aprovado em: 15/01/2021